

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS – IFTO



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

2010 - 2014

Palmas, 2009

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Eliezer Moreira Pacheco

Maria da Glória Santos Laia

Magnífica Reitora

Carlos Henrique Monschau Funck

Pró-Reitoria de Ensino

Cheila Cristina Naves Barbiero

Pró-Reitoria de Extensão

Jorge Luiz Passos Abduch Dias

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação

Virley Lemos de Souza

Pró-Reitoria de Administração

Ovídio Ricardo Dantas Junior

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Roberto Lima Sales

Diretor Geral –Campus Araguaína

Francisco Nairton do Nascimento

Diretor Geral – Campus Araguatins

Frank Toshimi Tamba

Diretor Geral – Campus Palmas

Octaviano Sidnei Furtado

Diretor Geral – Campus Paraíso

Comissão de Elaboração do Programa de Desenvolvimento Institucional

Portaria no. 68/2009/REITORIA, de 27 de março de 2009

DOCENTES

Nelson Zang – Titular (Presidente)
José Lopes Soares Neto - Suplente
Dalva Ferreira da Silva – Titular (Vice-Presidente)
Roberto Lima Sales - Suplente
Miguel Camargo da Silva - Titular
Maria Lucimar de Oliveira Souza – Suplente
Rogério Chaves da Silva- Titular
Sérgio Luis Melo Viroli- Suplente

TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Kim Nay dos Reis Wanderley de Arruda Figueiredo - Titular
Teresa Cristina Hitomi Kikuchi Bueris - Suplente
Janaína Miranda Muradas Amorim - Titular
Cristiano Fernandes Mateus – Suplente
Robson Luiz da Silva Menezes - Suplente
Luciana Pinto Fernandes – Titular (2ª. Secretária)
Cícero Salatiel Pereira Lopes – Suplente
Kiara Souza dos Reis Cavalcante - Titular (1ª. Secretária)
Nilson Castro Del Santo- Suplente
Fernanda Alves da Costa - Suplente

DISCENTES:

Diego Alves Freire - Titular
Ivaneide Nunes de Macedo - Suplente
Antônio Clésio Fonseca Leal Júnior - Titular
Juan Cunha Parreão – Suplente
Katherine Angélica da Silva Barros – Titular
Timóteo Costa Campelo- Suplente
Willima de Jesus- Titular
Faustone Bandeira- Suplente
Hudson Marcos Fuza Silva - Suplente

São externados os agradecimentos aos demais membros da comunidade escolar (pró-reitorias, gerências, chefias, alunos, líderes de turmas, servidores) e setores da comunidade externa, órgãos governamentais e empresas que contribuíram na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional 2010/2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Apresentação

Este documento descreve o Plano de Desenvolvimento - PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins– IFTO. E, como ocorre a todas as primeiras versões, nos dá a possibilidade do exercício de um novo olhar para esta nova institucionalidade trazida pela criação dos Institutos Federais. Uma nova concepção, ampliada e moderna, da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, que pretende, se não dar conta, pelo menos reduzir significativamente os contrastes e contradições por que passam nossas instituições de EPT.

Os contrastes referem-se a todo o conjunto de equipamentos disponíveis e nem sempre plenamente utilizados. Já as contradições, para focar um aspecto, apontam para o fato de se ter um corpo técnico-docente altamente qualificado e, no entanto, ainda se ter índices elevados de evasão, exclusão e retenção, em alguns casos preocupantes. Há que se trabalhar fortemente na identificação de causas para se elaborar propostas de soluções criativas e factíveis. Para isso, será preciso entender que os recursos necessários deverão acontecer *pari passu* com a implementação das ações.

Por outro lado, ao se elaborar um documento que nos dê diretrizes para o desenvolvimento institucional a partir de levantamento criterioso das potencialidades e fortalezas, desafios e fraquezas de cada *Campus*, também se percebe a necessidade de estabelecer um diálogo permanente com a sociedade. Um diálogo comprometido, em que a função social do Instituto possa se dar por meio da integração e verticalização do ensino, da integração e estimulação da pesquisa e da integração e ampliação da extensão, componentes essenciais para a efetividade do ensino na instituição.

Como todo plano, há que se supor um tempo de implantação e garantir um tempo de revisão a partir da confrontação com a realidade e o dinamismo da própria sociedade. Precisamos nos permitir visitar o PDI para que seja um instrumento norteador de ações e não uma camisa de força. Que seja, de fato, a explicitação da vontade do IFTO, expressa por seus *Campi*, em tornar-se importante elemento de indução do desenvolvimento social local e regional.

Para isso, foi constituída uma comissão multicampi que cuidou de levantar dados, reunir documentos e, principalmente, ouvir as comunidades para que houvesse sintonia entre o que se tem e o que se deseja.

Aprendemos, neste primeiro exercício, que é possível reunir a diversidade de idéias, concepções e visões e daí extrair-se um texto transparente e singelo, construído coletivamente, que proclame toda a riqueza de que dispomos e o quanto ainda está por fazer.

Agradecemos a toda a comunidade escolar pelas contribuições, participação e compromisso manifestados de diferentes formas. Todos devem ser lembrados pois, como já está consolidado em nossas mentes e corações, educação deve ser compromisso de todos.

Que o nosso IFTO possa crescer cada vez mais e assim contribuir para o desenvolvimento do nosso Tocantins e do nosso Brasil.

Maria da Glória Santos Laia

Reitora

Lista de Ilustrações

Ilustração 1 - Localização dos <i>campi</i> e dos pólos de Educação a Distância do Instituto Federal do Tocantins	4
Ilustração 2 – Número absoluto e relativo de docentes efetivos nos <i>campi</i> do Instituto Federal do Tocantins, por titulação, 2009/1.	9
Ilustração 3 – Número de docentes efetivos nos <i>campi</i> do Instituto Federal, com titulação <i>stricto sensu</i> , conforme tabela do CNPq, 2009.	9
Ilustração 4 – Distribuição das vagas ofertadas e preenchidas, agrupadas por tipo, semestre I de 2009.	10
Ilustração 5 – Número de vagas dos cursos em funcionamento, por tipo, e número de alunos matriculados nos <i>campi</i> do Instituto Federal do Tocantins, primeiro semestre de 2009.....	11
Ilustração 6 – Cursos técnicos e tecnológico em funcionamento nos <i>campi</i> do Instituto Federal do Tocantins, por eixo tecnológico conforme catálogo do MEC, primeiro semestre de 2009.	13
Ilustração 7 – Quantidade absoluta e relativa de vagas propostas pelos <i>campi</i> do IFTO, agrupadas por tipo, período 2010-2014.....	21
Ilustração 8 – Número de vagas dos cursos propostos pelo PDI nos <i>campi</i> do Instituto Federal do Tocantins, agrupados por tipo, 2010-2014.	22
Ilustração 9 – Número de vagas em cursos, de docentes e de salas de aula necessários nos <i>campi</i> do IFTO, por turno, 2010-2014.	31
Ilustração 10 - Laboratórios de ensino necessários ao <i>campus</i> de Araguaína, conforme catálogo de cursos.....	32
Ilustração 11 - Laboratórios de ensino necessários no <i>campus</i> de Araguatins, conforme catálogo de cursos.....	34
Ilustração 12 - Laboratórios de ensino necessários no <i>campus</i> de Gurupi, conforme catálogo de cursos	35
Ilustração 13 - Laboratórios de ensino necessários no <i>campus</i> de Palmas, conforme catálogo de cursos	37
Ilustração 14 - Laboratórios de ensino necessários no <i>campus</i> de Paraíso do Tocantins, conforme catálogo de cursos	39
Ilustração 15 - Laboratórios de ensino necessários no <i>campus</i> de Porto Nacional, conforme catálogo de cursos.....	40
Ilustração 16 – Número de cursos projetados, por tipo e <i>campus</i> , período 2010-2014.....	41
Ilustração 17 - Total do Acervo da Biblioteca de Palmas, impresso e multimídia, em 31/12/2008, por área do Conhecimento do CNPq.....	41

Sumário

1	Perfil Institucional	1
1.1	Histórico	1
1.2	Inserção do IFTO no cenário socioeconômico do Tocantins	2
1.3	Missão.....	5
1.4	Visão de futuro	5
1.5	Finalidade, Princípios e Objetivos.....	5
1.5.1	Finalidade	6
1.5.2	Princípios	6
1.5.3	Objetivos.....	6
1.6	Perfil do Corpo Docente	9
1.7	Número de Vagas e de Alunos Atuais.....	10
1.8	Cursos atuais por eixo tecnológico.....	13
2	Gestão Acadêmica	14
3	Avaliação Institucional	19
4	Estrutura Administrativa	20
5	Ações Institucionais Propostas	21
5.1	Ensino	21
5.2	Pesquisa	26
5.3	Extensão	26
5.4	Gestão	28
5.4.1	Diretrizes para a gestão.....	28
6	Instalações Físicas	31
6.1	Área física.....	31
6.1.1	Araguaína	32
6.1.2	Araguatins.....	33
6.1.3	Gurupi.....	34
6.1.4	Palmas.....	36
6.1.5	Paraíso do Tocantins.....	39
6.1.6	Porto Nacional	40
6.2	Bibliotecas	40
7	Educação a Distância.....	43
8	Pós-Graduação.....	45
8.1	Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	45
8.1.1	Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em PROEJA	45
8.2	Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	46
8.2.1	Minter	46
8.2.2	Dinter	46
8.2.3	Programa de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Física.....	47
9	Referências Bibliográficas:.....	50
	Anexo 1 – Estatuto	52

1 Perfil Institucional

1.1 Histórico

O Sistema de Educação Profissional no Brasil está efetuando reformas significativas de natureza estrutural para compatibilizar sua função social às demandas contextuais e ao avanço científico e tecnológico.

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO já adotou um modelo pedagógico de formação profissional ágil e flexível, no qual a Instituição executa ações estratégicas, eficientes e eficazes no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo, inclusive, um parceiro importante no desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, mediante assinatura e execução de cláusulas conveniais e de outros instrumentos legais, principalmente nos setores produtivos da indústria e serviços.

Em 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou no Brasil a Escola de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566, destacando-se, ao longo do tempo, no contexto educacional brasileiro, como ilhas de excelência na qualidade de formação profissional, e deram origem às antigas Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, hoje majoritariamente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: . . . XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

A Escola Agrotécnica Federal de Araguatins foi criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985, onde foi designada a funcionar o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

A instalação da Escola Agrotécnica Federal foi feita em cooperação com o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), por intermédio do Grupo Executivo das Terras de Araguaia-Tocantins – GETAT. O GETAT foi autorizado a adotar providências necessárias junto ao Ministério da Fazenda para aceitação, pela União, da doação de uma área

de 561,84 hectares de terras férteis banhadas pelo rio Taquari em 8 km de extensão, no município de Araguatins, de que trata a lei Municipal nº 321, de 08 de outubro de 1984, para a instalação da Escola Agrotécnica Federal.

Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola foi convertida em uma Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

A Escola Técnica Federal de Palmas, criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a Reitoria do Instituto Federal do Tocantins se localiza em Palmas. Além dos *campi* de Araguatins e Palmas, que deram origem ao Instituto Federal do Tocantins, que ainda é composto pelos *campi* de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

1.2 Inserção do IFTO no cenário socioeconômico do Tocantins

Localizado no Centro Geodésico do Brasil, o estado do Tocantins situa-se entre os paralelos 5° e 13° de latitude sul e entre os meridianos 45° e 50° de longitude oeste. Com uma população estimada em 1.243.627 habitantes, 74,2% desse total equivale a população urbana, enquanto 25,8% desses habitantes vivem no campo. Constituído por 139 municípios, o estado possui uma área de 277.620,914 Km² (IBGE, 2007). Essa extensão territorial corresponde a 3,3% do território nacional e a 7,2% da região norte. Os estados limítrofes são: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí.

Por se localizar em uma área de transição, o Tocantins apresenta características climáticas e físicas tanto da Amazônia Legal quanto da Zona Central do Brasil: a vegetação exibe desde o cerrado, campos limpos ou rupestres à floresta equatorial de transição, encontrável sob a forma de “mata de galeria”. O cerrado ocupa uma área superior a 60% da superfície total do estado. O clima é tropical, com temperatura média anual variando entre 25°C e 29°C. Opulento em recursos hídricos, as principais bacias que cortam o estado são as: do Tocantins, do Araguaia, do Sono, das Balsas, do Paraná e de Manuel Alves. O relevo é formado, predominantemente, por depressões, por planaltos a Sul e Nordeste, e planícies na região central. O ponto mais elevado é a Serra Traíras ou também conhecida como Serra das Palmas, com 1.340 metros, localizada na divisa com Goiás. Exuberante em belezas naturais, o

Tocantins foi agraciado por paragens como: a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, localizada na região sudoeste do Estado, onde também estão o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional Indígena; o Parque Estadual do Jalapão, a Lagoa da Confusão, além de outras riquezas naturais localizadas nos cursos dos rios Tocantins e Araguaia.

Do ponto de vista econômico, mesmo sendo o estado mais jovem do país, o Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins ocupa o 24º lugar no ranking no que se refere à participação no PIB nacional (IBGE, 2006). Segundo dados da SEPLAN/TO (2006), o setor econômico que se destaca no PIB do Tocantins é o de prestação de serviços, que participa com 57,4% do total, os subsetores de Administração, Saúde e Educação Públicas, bem como os de comércio e serviços de manutenção e reparação se sobressaem por contribuir, respectivamente, com 24,6% e 11,3% do total do setor; a indústria contribui com 24,1%, onde se destacam as atividades de construção (14,3%); já nas atividades agropecuárias (18,5%), a pecuária e a pesca representam 9,6% do total do setor.

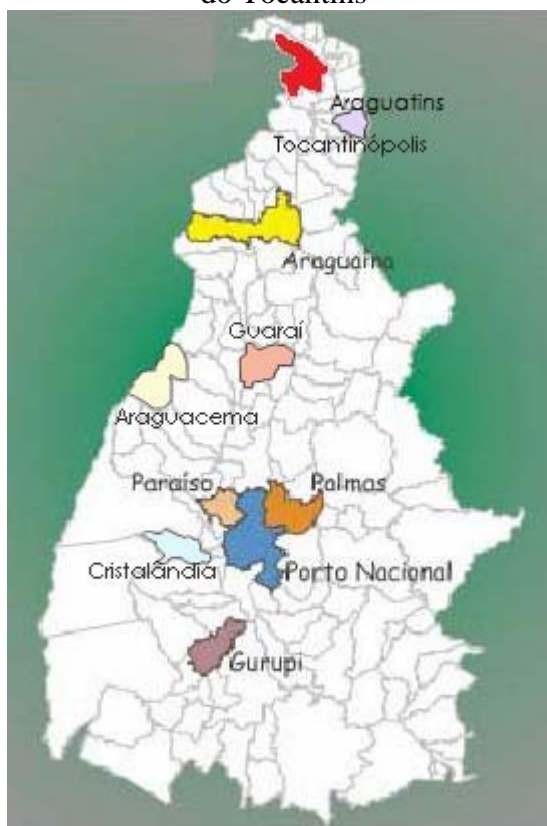
No setor agropecuário, fundamental para a economia tocantinense, as principais atividades são a produção de grãos, a pecuária bovina de corte e a fruticultura, sendo esta última atividade responsável pela geração de grande número de empregos diretos e indiretos. Na pauta das exportações, a soja é o carro-chefe, seguida pela exportação de carnes e derivados e, por último, pelo abacaxi. Outra atividade que se desponta no estado é a produção de biocombustíveis, principalmente a partir da extração dos potenciais energéticos de culturas como a do babaçu, a soja e a do pinhão-mansão.

A agroindústria demonstra, igualmente, grande potencial econômico no estado. Foram implantados cinco distritos agroindustriais nos municípios de: Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e Paraíso do Tocantins, que contribuem não só com a geração de divisas para o estado como também de renda para as populações locais.

Além disso, o estado possui excelentes condições materiais para a implantação de projetos de produção de peixes, porque tem uma qualidade de água excepcional, com temperatura estável, o que favorece o desenvolvimento de atividades econômicas na área da aquicultura. Outras atividades que poderão viabilizar investimentos para a geração de emprego e renda, bem como para o desenvolvimento econômico do estado é a do turismo - destaque para o ecoturismo, o turismo balneário e o turismo cultural. Com cinco áreas de proteção ambiental, suas riquezas hídricas e praianas e com duas cidades com centros históricos tombados como patrimônio histórico (Natividade e Porto Nacional), o estado do Tocantins apresenta agudas potencialidades de desenvolvimento econômico a partir dessas modalidades turísticas.

No que tange a infraestrutura, duas obras são de fundamental importância para a economia do estado: a rodovia BR-153 e a Ferrovia Norte-Sul. A primeira, já consolidada, é de inestimável valor para as atividades comerciais, pois é a principal via de escoamento de produção no estado. Grandes municípios tocantinenses, como Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Colinas, Guaraí, além de outros, floresceram às margens dessa rodovia, demonstrando a vitalidade dessa estrada tanto para a economia quanto para a história tocantinense. Já a Ferrovia Norte-Sul, ainda em fase de construção, tem seu maior trecho previsto (mais de 500 Km) para o estado do Tocantins. Com a construção dessa ferrovia, a expectativa é de aumentar a capacidade de transporte de baixo custo. Quando estiver em plena operação, a ferrovia será capaz de transportar cerca de 12,4 milhões de toneladas/ano, possibilitando o escoamento da produção e reduzindo significativamente o custo do frete para longas distâncias. Além disso, a obra viabilizará a implantação de novos negócios, além da geração de vários empregos, diretos e indiretos.

Ilustração 1 - Localização dos *campi* e dos pólos de Educação a Distância do Instituto Federal do Tocantins



Portanto, é nesse contexto socioeconômico que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado em dezembro de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892. Com seis pólos de Educação a Distância - EAD e seis *campi* localizados em

regiões economicamente estratégicas do estado, o Instituto Federal edifica-se no seio dos municípios mais populosos do Tocantins¹: Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Araguatins (Ilustração 1). Os pólos de EAD estão em Araguatins, Araguacema, Cristalândia, Guaraí, Palmas e Tocantinópolis. Ao agregar instituições de educação profissional já sedimentadas com outras recentes: Escola Técnica Federal de Palmas, Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Paraíso do Tocantins, antiga Escola Técnica Estadual de Enfermagem de Araguaína, hoje Campus de Araguaína, além dos *campi* de Porto Nacional e Gurupi (em fase de conclusão); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins buscará formar não só profissionais qualificados para o mundo do trabalho, como também cidadãos preparados para a vida social e política, além, é claro, de contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos do Tocantins, resguardando as singularidades econômicas, sociais e culturais dos distintos municípios e regiões do estado que compõem essa nova instituição.

1.3 Missão

Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

1.4 Visão de futuro

Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

1.5 Finalidade, Princípios e Objetivos

As atividades didático-pedagógicas e institucionais tomam por referência a Lei nº 9.394, de 20.12.96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

¹ À exceção do município de Colinas do Tocantins, cujo número de habitantes é superior ao de Araguatins.

1.5.1 Finalidade

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 2º da Lei nº 9.394, de 20.12.96).

1.5.2 Princípios

Com base no art. 3º da mesma Lei:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição;
- respeito ao pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- gestão democrática, compartilhada, transparente e comprometida com as necessidades e aspirações da comunidade;
- oferta do ensino de qualidade e gratuito;
- vinculação entre o ensino, a pesquisa e a extensão como fundamentos para o desenvolvimento socioeconômico;
- valorização do profissional da educação;
- preservação do meio ambiente e do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- exercício da ética e da cidadania;
- articulação entre a educação e processos produtivos;
- valorização da experiência extra-curricular.

1.5.3 Objetivos

- Atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades e representações locais e regionais, significado maior da articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais;
- buscar a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão sempre em benefício da sociedade, a eficácia nas respostas de formação profissional, a construção, a difusão e a democratização do conhecimento

científico e tecnológico, suporte e interação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, fundamentos estruturantes dos Institutos Federais;

- reduzir as barreiras educativas com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- democratizar o acesso e a permanência nos processos formativos;
- implantar regimes curriculares e sistemas de título que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de estudos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação profissional, na formação inicial e continuada, na formação técnica de nível médio e no nível superior;
- implantar programa de reconhecimento de saberes não formais para fins de certificação e acreditação profissional;
- revisar a estrutura educacional, com a reorganização dos cursos e atualização de métodos e metodologias de ensino, buscando elevação da qualidade dos processos formativos;
- articular a educação profissional científica e tecnológica e a educação superior com a educação básica e da graduação com a pós-graduação, com ênfase na inovação e ciência aplicada;
- oferecer em média pelo menos um curso a distância por *campus*, preferencialmente vinculados à UAB e ao e-tec Brasil;
- adotar, até 2011, forma de acesso aos cursos de educação profissional técnica de nível médio com base em critério que considere como determinantes: a origem dos candidatos como egressos do ensino fundamental em escola pública, cor, etnia e renda;
- implantar programas e sistemas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- qualificar e requalificar profissionais jovens, adultos e trabalhadores em geral nos vários níveis e modalidades de ensino por meio do aprimoramento e construção de novos conhecimentos;

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização profissional ;
- habilitar profissionais com competências cognitivas, psicomotoras e afetivas para executar ações fundamentadas nos conhecimentos técnico-científicos, éticos e políticos, disponibilizando para a sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades;
- possibilitar o desenvolvimento de competências que permitam ao aluno exercer a sua cidadania ativa, de forma solidária, no exercício das funções de um profissional qualificado;
- orientar o futuro profissional a colocar em suas ações a ciência, a tecnologia e a ética a serviço da vida e para a vida;
- integrar os futuros profissionais com o mundo de trabalho por meio da convivência com o meio profissional;
- atender a demanda dos serviços dos profissionais na área da saúde, assim como também em outras áreas favorecendo especificamente a Região Norte;
- contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, beneficiando a população do Estado do Tocantins;
- atuar de maneira integrada com outras instituições, firmando parcerias, colaborando e participando de estudos desenvolvendo projetos com interesse de melhorar a qualidade dos serviços mediante qualificação, como também buscando inserir novos cursos;
- criar, fomentar e incentivar o apoio de alunos com deficiência cognitiva, procurando melhorar a sua capacidade de construção;
- construir uma política de comunicação eficiente;
- identificar áreas carentes e potenciais para abertura de novos cursos por meio de consultas às entidades representativas dos setores produtivos e pesquisa de mercado;
- promover ações cidadãs e ensinar valores democráticos;
- buscar a integração vertical dos cursos dos diferentes níveis; e
- possibilitar a educação inclusiva nos diferentes níveis, respeitando as diferenças.

1.6 Perfil do Corpo Docente

A Ilustração 2 mostra a distribuição dos docentes efetivos, por *campus* e titulação. O maior grupo de docentes (47,64%) possui pós-graduação *lato sensu*, seguido dos docentes com mestrado (36,79%).

Ilustração 2 – Número absoluto e relativo de docentes efetivos nos *campi* do Instituto Federal do Tocantins, por titulação, 2009/1.

	Araguaína	Araguatins	Gurupi	Palmas	Paraíso	Porto Nacional	Total	%
Graduados	1	2		12	7		22	10,38%
Especialistas	1	16		67	17		101	47,64%
Mestres		14		51	13		78	36,79%
Doutores		2		7	2		11	5,19%
Totais	2	34	0	137	39	0	212	100,00%

A Ilustração 3 mostra as áreas de formação dos mestres e doutores de cada *campus*, conforme tabela do CNPq. A maior concentração de pessoal titulado com *stricto sensu* no Instituto Federal encontra-se, em ordem decrescente, na área de Engenharias, Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra.

Ilustração 3 – Número de docentes efetivos nos *campi* do Instituto Federal, com titulação *stricto sensu*, conforme tabela do CNPq, 2009.

Área do CNPq	Araguatins		Palmas		Paraíso		Totais	
	Mestres	Doutores	Mestres	Doutores	Mestres	Doutores	Mestres	Doutores
Ciências Exatas e da Terra			10	2	4	0	14	2
Ciências Biológicas	1		2	0	0	0	3	0
Engenharias			21	3	4	0	25	3
Ciências da Saúde			2	0	0	0	2	0
Ciências Agrárias	10	2	5	2	2	1	17	5
Ciências Sociais Aplicadas	1		6	0	1	1	8	1
Ciências Humanas	1		2	0	1	0	4	0
Linguística, Letras e Artes	1		3	0	1	0	5	0
Totais	14	2	51	7	13	2	78	11

1.7 Número de Vagas e de Alunos Atuais

A Ilustração 4 apresenta os cursos implantados até o primeiro semestre do ano de 2009 nos *campi* do IFTO. Tem-se 1.680 vagas (31,64%) em cursos subsequentes, 2.000 vagas em cursos médio integrado (37,66%), 850 vagas em Proeja (16,01%) e 780 vagas em cursos superiores de tecnologia (14,69%), num total de 5.310 vagas.

Estão matriculados nos cursos dos *campi* do IFTO 3.709 alunos: 1.474 em cursos subsequentes (39,74%), 1.385 em cursos médio integrados (37,34%), 343 em cursos Proeja (9,25%) e 507 alunos em cursos superiores de tecnologia (13,67%).

O total de 3.709 alunos corresponde a 69,85% das vagas oferecidas. Tem-se, assim, 87,74% das vagas preenchidas em cursos subsequentes, 69,25% das vagas preenchidas em cursos médio integrado, 40,35% em cursos Proeja e 65,00% em cursos de tecnologia.

Ilustração 4 – Distribuição das vagas ofertadas e preenchidas, agrupadas por tipo, semestre I de 2009.

Tipo	Discriminação	Vagas Ofertadas		Vagas Preenchidas		Relação Vagas Preenchidas/Ofertadas
		Quantidade	%	Quantidade	%	
TS	Curso Médio subsequente	1.680	31,64%	1.474	39,74%	87,74%
TI	Curso Médio integrado	2.000	37,66%	1.385	37,34%	69,25%
EJA	Curso Médio proeja	850	16,01%	343	9,25%	40,35%
LIC	Curso de Licenciatura					
ST	Curso Superior de Tecnologia	780	14,69%	507	13,67%	65,00%
	Totais no Instituto Federal	5.310	100%	3.709	100%	69,85%

A Ilustração 5 relaciona os cursos em funcionamento no primeiro semestre de 2009, com o respectivo número de vagas, por tipo, e número de alunos matriculados nos *campi* do IFTO.

A Ilustração 6 apresenta os cursos em funcionamento nos *campi* do IFTO no primeiro semestre de 2009 considerados os eixos tecnológicos propostos pelo catálogos de ensino médio e de tecnologia propostos pelo MEC. Percebe-se uma ocorrência relativamente dispersa com reduzida integração vertical de cursos oferecidos no ensino médio e superior por *campus*. Isto induz a uma utilização dispersa de recursos materiais e humanos disponíveis em cada eixo.

Ilustração 5 – Número de vagas dos cursos em funcionamento, por tipo, e número de alunos matriculados nos *campi* do Instituto Federal do Tocantins, primeiro semestre de 2009.

Campus Araguaína									
CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		140	202
Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno		
TS	Técnico em Enfermagem	S	4	35	N	35	N	140	202
Campus Araguatins									
CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		1030	626
Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno		
TI	Técnico em Agropecuária Integrado	A	3	160	I			480	447
TS	Agropecuária Subsequente	S	4	40	M/V	40	M/V	160	54
EJA	EJA Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	S	6	25	N	25	N	150	42
EJA	EJA Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	S	6	40	N	40	N	240	83
Campus Palmas									
CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE			
Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno	3160	2352
TI	Técnico em Agrimensura	A	4	40	V			160	90
TI	Técnico em Agronegócio	A	4	40	V			160	93
TI	Técnico em Edificações	A	4	40	V			160	128
TI	Técnico em Eletrônica	A	4	30	V			120	92
TI	Técnico em Eletrotécnica	A	4	30	V			120	99
TI	Técnico em Eventos	A	4	40	V			160	136
TI	Técnico em Informática	A	4	40	V			160	146
EJA	Qualificação em Atendimento	S	4	30	N	30	N	120	62

EJA	Qualificação em Leitura de Projetos em Construção Civil	S	4	30	N	30	N	120	41
EJA	Qualificação em Manutenção e Operação de Microcomputadores	S	4	30	N	30	N	120	65
TS	Técnico em Agrimensura	S	4	30	M	30		120	95
TS	Técnico em Controle Ambiental	S	4	40	M	40	M	160	40
TS	Técnico em Edificações	S	4	30	N	30	N	120	90
TS	Técnico em Eletrônica	S	4					0	16
TS	Técnico em Eletrotécnica	S	4	30	M	30	M	120	88
TS	Técnico em Hospedagem	S	2	30	N	30	N	60	63
TS	Técnico em Informática	S	4	30	N	30	N	120	101
TS	Técnico em Saneamento Ambiental	S	4					0	94
TS	Técnico em Secretariado	S	3	40	N	40	N	120	108
TS	Técnico em Segurança do Trabalho	S	4	40	N	40	N	160	137
TS	Técnico em Turismo e Hospitalidade	S	4					0	61
ST	Construção de Edifícios	S	6	30	M	30	M	180	97
ST	Gestão Pública	S	6	40	N	40	N	240	171
ST	Sistemas Elétricos	S	6	30	N	30	N	180	114
ST	Sistemas para Internet	S	6	30	M	30	M	180	125
Campus Paraíso									
CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		980	529
Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno		
TS	Técnico em Administração	S	3	40	N	40	N	120	90
TS	Técnico em Informática	S	3	40	N	40	N	120	101
TS	Técnico em Agroindústria	S	4	40	M	40	M	160	62
TS	Técnico em Meio Ambiente	S	3					0	72
TI	Técnico em Informática	A	4	40	V			160	74
TI	Técnico em Agroindústria	A	4	40	M			160	40

TI	Técnico em Meio Ambiente	A	4	40	M			160	40
EJA	EJA Qualificação em Agricultura Familiar	A	2,5		N			0	20
EJA	EJA Qualificação em Operação de Computadores	A	2,5	40	N			100	30

1.8 Cursos atuais por eixo tecnológico

Ilustração 6 – Cursos técnicos e tecnológico em funcionamento nos *campi* do Instituto Federal do Tocantins, por eixo tecnológico conforme catálogo do MEC, primeiro semestre de 2009.

Eixo Tecnológico	Curso Técnico		Eixo Tecnológico	Curso Superior de Tecnologia	
Ambiente, Saúde e Segurança	Controle Ambiental	Palmas /S	Ambiente, Saúde e Segurança		
	Enfermagem	Araguaína / S			
	Meio Ambiente	Paraíso /I /S			
	Segurança do Trabalho	Palmas /S			
Controle de Processos Industriais	Eletrônica	Palmas / I / S	Controle de Processos Industriais	Sistemas Elétricos	Palmas
	Eletrotécnica	Palmas / I / S			
Gestão e Negócios	Gestão Empresarial	Paraíso / S	Gestão e Negócios	Gestão Pública	Palmas
	Secretariado	Palmas / S			
Hospitalidade e Lazer	Eventos	Palmas / I	Hospitalidade e Lazer		
	Hospedagem	Palmas / S			
	Turismo e Hospitalidade	Palmas / S			
Informação e Comunicação	Informática	Araguatins / P	Informação e Comunicação	Sistemas para Internet	Palmas
		Palmas / I / S			
		Paraíso /I /S			
	Operador de Computador	Paraíso /P			
Infraestrutura	Agrimensura	Palmas / I / S	Infraestrutura	Construção de Edifícios	Palmas
	Edificações	Palmas / P / I / S			
	Saneamento Ambiental	Palmas / S			
Produção Alimentícia	Agroindústria	Araguatins /I /P /S	Produção Alimentícia		
		Paraíso /I /S			
Recursos Naturais	Agricultura	Araguatins / I / S	Recursos Naturais	Agronegócio	Palmas
	Agricultura Familiar	Paraíso /P			
	Agronegócio	Palmas / I			
	Zootecnia	Araguatins /I /S			

I – Integrado

S – Subsequente

P - Proeja

2 Gestão Acadêmica

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFTO é um documento que visa estabelecer políticas, norteadas as ações educacionais para a consolidação da sua missão, de seus objetivos, de seus princípios e de suas diretrizes, propiciando a qualidade. Políticas essas, respaldadas na qualificação para o trabalho e na ampliação dos direitos de cidadania, para a população na qual está inserida.

Nesse sentido, o PPI cumpre uma função para além de mera formalidade, podendo constituir-se numa ação maior de reflexão, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, como constituinte do processo de participação na educação profissional tecnológica, na produção e na socialização do conhecimento.

Por conseguinte, essas ações também são pressupostos que subsidiarão as diretrizes da política institucional, pois as diretrizes de uma instituição são condições importantes para nortear o trabalho institucional como um todo. Elas deverão retratar ações que se afinam com os anseios da comunidade, comprometidas com o conhecimento já acumulado pela humanidade e que deve estar à disposição de todos.

O intuito dessas diretrizes é transformar o IFTO em Instituição que tenha mais flexibilidade e maior alcance nas suas ações técnico-pedagógicas, respondendo positivamente às demandas contextualizadas, concebendo soluções ágeis para os desafios educacionais emergentes, formando a consciência crítica e de capacidade produtiva da comunidade, bem como atuando como parceira indispensável nas iniciativas governamentais e privadas que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins, mediante a oferta de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, as diretrizes expressam o compromisso pela construção de uma Instituição forte, autônoma e responsável pela formação de profissionais/cidadãos, críticos, éticos, criativos e socialmente comprometidos com o meio ambiente, capazes de produzir, organizar e difundir o conhecimento, favorecendo a inclusão das minorias.

Priorizado o seu papel social, de formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica nos diferentes níveis de educação profissional: o básico, o técnico, o ensino superior na área tecnológica, em licenciaturas e bacharelados, a pós-graduação e a formação inicial e continuada, para os diversos setores da economia, o IFTO também deverá realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos,

produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional.

O PPI nada mais é do que projeto aglutinador de toda ação educacional. Neste sentido, deve integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, os quais deverão ser planejados, executados, acompanhados e avaliados sob a influência de um ambiente de constante interação com o mundo do trabalho e a sociedade em geral, o que possibilita maior contextualização e significação às atividades educativas.

Embasado nas competências técnico-cognitivas que compreendem as habilidades básicas, como o exercício do aprender a pensar, significa o desenvolvimento da capacidade do indivíduo de reconhecer, definir problemas e solucioná-los, pensar estrategicamente, responder de modo criativo a situações novas, atuar de forma proativa, demonstrar capacidade de abstração, associação, análise de dados e informações e propor modificações no processo de trabalho.

O aprimoramento da relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão apresenta-se como um imperativo para que a prática pedagógica viabilize a compreensão crítica da realidade, tão necessária à promoção do desenvolvimento tecnológico, cultural e científico de forma sustentável e de transformação da sociedade. Portanto, o processo ensino-aprendizagem não deve ficar restrito à transmissão de conhecimentos somente no ambiente da sala de aula, sendo privilégio de poucos a participação em projetos de pesquisa e extensão.

O PPI almejará o rompimento do paradigma da mera transmissão de saber, caminhando para uma prática educativa baseada numa pedagogia crítica, cujo objetivo principal é permitir ao futuro profissional desenvolver uma visão social da evolução da tecnologia, das transformações oriundas do processo de inovação e das diferentes estratégias empregadas para submeter os imperativos econômicos às condições da sociedade. Tal prática educativa deve promover o desenvolvimento do senso crítico em relação ao mundo, sendo este desenvolvimento pautado nos princípios de igualdade, solidariedade e sustentabilidade.

Assim, o PPI perpassa os princípios de igualdade e de inclusão, assumindo a tarefa de ampliação da qualidade da educação que desenvolve. Com essa intencionalidade, projeta como metas a serem perseguidas: a ampliação do acesso aos seus cursos, à permanência com sucesso dos alunos na Instituição e a efetiva aprendizagem do alunado a ela vinculado.

Preocupar-se com a melhoria da qualidade do ensino e da formação profissional é fomentar e reforçar no IFTO a inovação, a formação do cidadão crítico, ético, criativo e socialmente comprometido com o meio ambiente, capaz de produzir, organizar e difundir o

conhecimento, favorecendo a inclusão das minorias. Para isso, entre vários outros aspectos a serem considerados, serão prioritários:

- melhorar os resultados da aprendizagem;
- reduzir o índice de abandono e/ou evasão dos alunos nos seus cursos;
- minimizar as desigualdades nas condições de acesso discente aos seus cursos;
- reduzir a desigualdade quanto à qualidade do desempenho escolar no interior da instituição;
- viabilizar a integração efetiva da comunidade ao cotidiano acadêmico;
- adotar uma cultura de avaliação permanente dos seus procedimentos para a melhoria dos resultados;
- estabelecer indicadores para monitoramento interno da qualidade da educação que realiza como instrumento de aprimoramento de suas ações;
- adequar espaços nos campi às necessidades dos portadores de deficiência;
- qualificação/capacitação de profissionais para atender a portadores de necessidades especiais;
- estabelecer uma agenda permanente de formação continuada para os profissionais da instituição;
- adotar alternativas metodológicas diversificadas para o trato das questões pedagógicas;
- constituir espaço de atuação dos discentes e pais para que a Instituição seja, de fato, local de exercício da cidadania;
- implementar uma política de pesquisa e extensão indissociável ao ensino.

Estes são apontamentos que irão estruturar no IFTO ações que amenizem os efeitos da desigualdade social, principal fator responsável pela exclusão educacional.

Para tanto, é preciso promover novas formas de tratamento dos conteúdos, a partir do entendimento curricular e de um processo formativo mais aberto e construtivo, mediado pelo docente e pelo discente, com metodologias diversificadas e ativas de aprendizagem, com acompanhamento e avaliação.

O PPI do IFTO está fundamentado no princípio da qualidade e do processo de aprendizagem, isto é, no desempenho do aluno ao longo do período letivo, quer seja bimestral, semestral, modular, entre outros, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96).

Dessa forma, compreende-se a Educação como o referencial permanente de formação geral, de desenvolvimento integral do ser humano formado por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade, com base nos mesmos valores.

O PPI estará comprometido com a inclusão social no mundo do trabalho e na efetiva cidadania embasada numa concepção de mundo, de nação, de homem e de trabalho, onde o ser humano é o parâmetro primeiro e principal, cujos processos produtivos e relações sociais devem ser eticamente reafirmados e respeitados.

Essa metodologia de ensino repensa uma formação histórico-crítica integrada à formação técnico-científica, superando o tecnicismo reducionista e a visão unilateral de atendimento às necessidades formativas do mercado. É preciso ampliar a visão de mundo e conceitos que subjazem à Missão Institucional em vigor, demonstrando o compromisso do Instituto com a formação de cidadãos críticos comprometidos com as transformações estruturais necessárias à sociedade brasileira.

É preciso, ainda, compreender o processo educativo como prática social que deve partir de alguns critérios fundamentais que expressem o comprometimento com os interesses dos trabalhadores em formação, considerando os seguintes aspectos: tomar a prática social como ponto de partida; considerar a concepção do mundo, das formas de aprender, dos interesses e necessidades da maioria da população, particularmente no que diz respeito ao exercício do trabalho e da cidadania, para então propor práticas educativas e de organização flexíveis e adequadas às características do aluno e do seu grupo social.

Para que haja a interrelação entre a prática e a teoria, a práxis educativa, a vinculação entre a pesquisa e a extensão ao ensino é fundamental. Por isso, a partir dessa estruturação educacional, o IFTO proporcionará ações por meio da reserva de espaços acadêmicos (tempos pedagógicos) integrados à estrutura curricular tendo como referência o perfil profissional a ser formado no curso. Neste sentido é condição para que o aluno tenha suas experiências de pesquisa e extensão calcadas na realidade, que os conteúdos/conhecimentos tratados de forma interdisciplinar sejam retirados da realidade do trabalho e a ela retornem na forma de reflexão e intervenção.

O Instituto buscará a articulação e a combinação dos diferentes eixos tecnológicos, das diferentes áreas e formas de conhecimento, mediante uma organização didática flexível, partindo da metodologia teórico-prática. A opção pelo método teórico/prático toma o trabalho como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social.

Ao conceber currículo como um artefato social e cultural, como construção humana, não cabendo a busca por formulação ideal a ser alcançada, mas percebê-lo como um conjunto de ênfases de opções e decisões intencionais/interessadas dos diversos sujeitos envolvidos no processo de elaboração em certo momento histórico, pode-se enfatizar que o currículo constitui uma realidade social histórica específica que expressa um modo particular de relacionamento entre os homens e a formação humana.

Com isso, o PPI do IFTO focalizará a formação de cidadão crítico em uma perspectiva emancipatória, trabalhando com uma formulação curricular a partir da compreensão do mundo e das formas de nele atuar. Assim, a aprendizagem não ficará restrita apenas ao conteúdo, mas ampliará o eixo na busca de novas informações e interação, composta pela seleção de experiências, pelos objetivos definidos do curso e das disciplinas.

3 Avaliação Institucional

A avaliação institucional é um dos elementos fundamentais no processo de revisão e realimentação do PDI. Desta forma a designação, em cada *campus*, da Comissão Própria de Avaliação – CPA é um passo a ser dado imediatamente.

A Avaliação Institucional deve se basear no roteiro da auto-avaliação das instituições, emitido pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, bem como na realidade institucional, com vistas a qualidade acadêmica a ser concretizado por meio de uma metodologia que possibilite a integração entre os sujeitos envolvidos, as diversas instâncias da instituição e os órgãos superiores educacionais.

Para tanto, deve analisar a instituição nos diferentes níveis: declaratório (análise de textos), normativo (coerência entre as normas e a gestão institucional), da organização (ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica social) e de resultados (avaliação da eficácia e efetividade acadêmica e social), contemplados nas dimensões expressas nos temas propostos pelo CONAES, a serem analisadas pela CPA de cada *campus*.

A avaliação das instituições é composta pela auto-avaliação institucional, conduzida por uma Comissão Própria de Avaliação - CPA, e complementada pela avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES.

A CPA, parte integrante do SINAES, tem o papel de elaborar uma proposta de auto-avaliação institucional coerente com as suas especificidades e com o contexto da educação superior no país, bem como de conduzir o processo de auto-avaliação institucional, sistematizar os dados obtidos e prestar essas informações ao INEP. Esta proposta será construída coletivamente e em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da instituição.

A comissão deverá responsabilizar-se pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, pela sistematização e pela prestação das informações solicitadas pela CONAES, de forma autônoma em relação aos demais conselhos e órgãos colegiados existentes na instituição.

A sua composição atende à legislação citada e foi devidamente registrada junto ao MEC, conforme orientações superiores.

4 Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa é definida conforme estatuto (Anexo). O **Art. 7º** determina que “a organização geral do IFTO compreende:

I. ÓRGÃOS COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;

II. REITORIA

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:
 - i) Pró-Reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-Reitoria de Extensão;
 - iii) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - iv) Pró-Reitoria de Administração; e
 - v) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
- c) Diretorias Sistêmicas; e
- d) Auditoria Interna.

III. CAMPI”

5 Ações Institucionais Propostas

5.1 Ensino

A Ilustração 7 apresenta os cursos em oferta atual e que serão continuados nos anos de 2010 a 2014, além dos cursos que serão implantados progressivamente nos *campi* do IFTO. A proposição de cursos proporcionará 11.840 vagas, das quais 1.735 (14,65%) em cursos subsequentes, 3.440 vagas (29,05%) em cursos médio integrado, 1.230 (10,39%) em cursos Proeja, 2.940 vagas (24,83%) em cursos de licenciatura e 2.495 vagas (21,07%) em cursos superiores de tecnologia, engenharias e saúde. Atingindo uma taxa de 90% de retenção de alunos, ou seja, no máximo de 10% de evasão, espera-se atingir aproximadamente 10.600 alunos com o número atual de docentes efetivos, mais 60 vagas por *campus* em implantação.

O número de vagas projetado para o *campus* de Araguaína é de 1.538 vagas, para Araguatins, 1.795 vagas, para Gurupi 1.520 vagas, para Palmas, 3.830 vagas, para Paraíso do Tocantins, 1560 vagas e Porto Nacional, 1.500 vagas.

Ilustração 7 – Quantidade absoluta e relativa de vagas propostas pelos *campi* do IFTO, agrupadas por tipo, período 2010-2014.

Tipo	Discriminação	Quantidade	%
TS	Curso Técnico de Nível Médio - subsequente	1.735	14,65%
TI	Curso Técnico de Nível Médio - integrado	3.440	29,05%
EJA	Curso Técnico de Nível Médio - proeja	1.230	10,39%
LIC	Curso de Licenciatura	2.940	24,83%
ST	Curso Superior de Tecnologia, Engenharia e Saúde	2.495	21,07%
	Totais	11.840	100%

Ilustração 8 – Número de vagas dos cursos propostos pelo PDI nos *campi* do Instituto Federal do Tocantins, agrupados por tipo, 2010-2014.

Araguaína												
Ano	CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		HORAS-AULA		Vagas por curso	Total de vagas por Campus
	Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno	Semana	Tempo		
2009	TS	Técnico em Enfermagem	S	2	35	N		N			35	1538
	TS	Gerencia em Saúde	S	5	35	N					87,5	
	TS	Informática para Internet	S	4		V					0	
2010	TS	Análises Clínicas	S	5	35	M					87,5	
	TI	Informática para Internet	A	4	35	V					140	
	LIC	Licenciatura em Educação Física	S	8	40	N	40				320	
	EJA	Cuidado ao Idoso	S	5	35	N					87,5	
2011	LIC	Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem	S	8	35	M	35				280	
2012	TI	Nutrição e Dietética	A	4	35	M					140	
2013	ST	Radiologia	S	6	40	M					120	
2014	ST	Medicina	S	12	40	N					240	
Araguatins												
Ano	CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		HORAS-AULA		Vagas por curso	Total de vagas por Campus
	Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno	Semana	Tempo		
2009	TI	Técnico em Agropecuária Integrado	A	3	160	I			20	50	480	1795
	TS	Agropecuária Subsequente	S	4	40	M/V	40	M/V	40	50	160	
	EJA	EJA Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	S	6	25	N	25	N	20	50	150	
	EJA	EJA Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	S	6	40	N	40	N	20	50	240	
	LIC	Ciências Biológicas	S	8	45	N					180	

	LIC	Licenciatura em Computação	S	8	45	N					180	
2010	LIC	Química	S	8	45	N					180	
	ST	Agronomia	S	10	45	I					225	
Gurupi												
	CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		HORAS-AULA			1520
Ano	Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno	Semana	Tempo		
2010	LIC	Matemática	S	8	40	N	40	N			320	
	TI	Técnico em Arte Dramática	A	4	30	M			22,5	45	120	
	TI	Biocombustível	A	4	30	M			22,5	45	120	
	EJA	Técnico em Edificações	A	4	30	N			22,5	45	120	
2011	LIC	Licenciatura e Bacharelado em Artes	S	8	40	N					160	
	TI	Serviços Públicos	A	4	30	M	30		22,5	45	240	
	TI	Técnico em Agronegócios	A	4	30	M			22,5	45	120	
	EJA	Operações Comerciais	S	4	30	N	30		22,5	45	120	
2012	ST	Engenharia Civil	S	10	40	N					200	
Palmas												
	CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		HORAS-AULA			
Ano	Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno	Semana	Tempo		3830
2009	TI	Técnico em Agrimensura	A	4	40	V			22,5	45	160	
	TI	Técnico em Edificações	A	4	40	V			22,5	45	160	
	TI	Técnico em Eletrônica	A	4	30	V			22,5	45	120	
	TI	Técnico em Eletrotécnica	A	4	30	V			22,5	45	120	
	TI	Técnico em Eventos	A	4	40	V			22,5	45	160	
	TI	Técnico em Informática	A	4	40	V			22,5	45	160	
	EJA	Qualificação em Leitura de Projetos em Construção Civil	S	4	30	N	30	N	17	50	120	
	EJA	Qualificação em Manutenção e Operação de Microcomputadores	S	4	30	N	30	N	17	50	120	

	TS	Técnico em Controle Ambiental	S	4	40	M	40	M	20	50	160	
	TS	Técnico em Edificações	S	4	30	N	30	N	20	50	120	
	TS	Técnico em Hospedagem	S	2	30	N	30	N	20	50	60	
	TS	Técnico em Informática	S	4	30	N	30	N	20	50	120	
	TS	Técnico em Segurança do Trabalho	S	4	40	N	40	N	20	50	160	
	ST	Construção de Edifícios	S	6	30	M	30	M	20	50	180	
	ST	Gestão Pública	S	6	40	N	40	N	15	45	240	
	ST	Sistemas Elétricos	S	6	30	N	30	N	20	60	180	
	ST	Sistemas para Internet	S	6	30	M	30	M	20	60	180	
	ST	Agronegócio	S	6	30	N	30	N			180	
	LIC	Matemática	S	8	30	N					120	
	LIC	Física	S	8	30	N					120	
2010	LIC	Letras	S	8	40	N					160	
	TS	Mecatrônica	S	4	30	M	30	M			120	
	TI	Administração	A	4	40	V					160	
	EJA	Vendas	S	4	30	N	30	N			120	
2011	TS	Aqüicultura ou Piscicultura	s	4	30	V					60	
2012	ST	Saneamento ou Gestão Ambiental	S	6	30	N					90	
2013	ST	Gestão em Eventos	S	6	30	N					90	
2014	ST	Agrimensura ou Geoprocessamento	S	6	30	N					90	
Paraíso do Tocantins												
	CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		HORAS-AULA			1560
Ano	Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno	Semana	Tempo		
2009	TS	Técnico em Administração	S	3	40	N	40	N	20	50	120	
	TS	Técnico em Informática	S	3	40	N	40	N	20	50	120	

	TS	Técnico em Agroindustria	S	4	40	M	40	M	20	50	160	
	TI	Técnico em Informática	A	4	40	V			30	45	160	
	TI	Técnico em Agroindustria	A	4	40	M			30	45	160	
	TI	Técnico em Meio Ambiente	A	4	40	M			30	45	160	
	EJA	EJA Qualificação em Agricultura Familiar	A	2,5		N			20	45	0	
	EJA	EJA Qualificação em Operação de Computadores	A	2,5	40	N			20	45	100	
2010	LIC	Matemática	S	7	40	N	40				280	
	ST	Laticínios	S	6	40	N					120	
	TS	Técnico em Meio Ambiente	S	3	40	M		M	20	50	60	
	ST	Gestão da Tecnologia da Informação	S	6	40	N					120	
Porto Nacional												
	CURSO		PERIODICIDADE		1o. SEMESTRE		2o. SEMESTRE		HORAS-AULA			1500
Ano	Tipo	Nome do Curso	Ano/Sem	Períodos	Vagas	Turno	Vagas	Turno	Semana	Tempo		
2010	TI	Logística	A	4	35	M					140	
	TS	Logística	S	3	35	M					52,5	
	ST	Logística	S	6	40	N					120	
	TI	Transporte Ferroviário	A	4	35	T					140	
	ST	Sistemas de Navegação Fluvial	S	6	40	T					120	
	LIC	Física	S	8	40	N	40	N			320	
2011	TI	Informática	A	4	35	M					140	
	LIC	Licenciatura em Computação	S	8	40	N		N			160	
	TS	Informática	S	3	35	M					52,5	
	TI	Meio Ambiente	A	4	35	T					140	
	EJA	Meio Ambiente	S	3	35	T					52,5	
2012	LIC	Química	S	8	40	N					160	

5.2 Pesquisa

Deverão ser formalmente definidas as linhas de pesquisa e, preferencialmente, grupos de pesquisa, para abrigar as atividades e/ou linhas de pesquisa praticadas nos *campi*:

- Agrária
- Apicultura
- Aspectos mercadológicos
- Cadeia Produtiva
- Cartografia
- Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais
- Desenvolvimentos recentes em matemática e física aplicadas
- Desenvolvimentos recentes em matemática pura e física computacional
- Educação
- Epidemiologia Regional e avaliativa
- Geodésia
- Geoprocessamento
- Gestão Ambiental
- Intemperabilidade entre Tecnologias de Comunicação
- Meio Ambiente e Sociedade
- Melhoramento Genético
- MIP Manejo Integrado de Pragas e Doenças
- Núcleo de Pesquisa Aplicada a Biocombustíveis (criação)
- Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aqüicultura
- Núcleo de Pesquisa Aplicada à Recursos Hídricos (criação)
- Núcleo de Pesquisa Aplicada ao Saneamento Ambiental (criação)
- Nutrição e Ambiência em Zootecnia
- Nutrição e reprodução de peixes amazônicos
- Oferta da infraestrutura turística e urbana
- Políticas Públicas e Inclusão Social
- Poluição Ambiental e Recursos Hídricos
- Processos Políticos: Articulações Institucionais e Desenvolvimento Local
- Qualidade de Serviços em Redes de Computadores
- Qualidade de Vídeo em Redes de Computadores
- Qualidade na prestação de serviços
- Qualidade no Serviço Público
- Redes de Comunicação Móvel
- SAF's Agricultura Tropical
- Sustentabilidade Ambiental nas Políticas Públicas
- Tendências em educação matemática e ensino da física
- Topografia

5.3 Extensão

Deverão ser formalmente definidas as linhas de extensão conforme as atividades e/ou linhas de praticadas nos *campi*:

- Alimentos & Bebidas
- Biodiesel
- Brincar é Viver
- Cadeia produtiva do abacaxi
- Centro de Línguas
- Cine Clube
- Curso de hidrometria
- Cursos Comunitários
- Dança
- Desenvolvimento de produtos
- Dias de campo
- Educação Ambiental, Saúde Preventiva, higiene Pessoal e Saneamento de Sistemas Produtivos (Mel e Peixe)
- Educação Inclusiva
- Eventos
- Formação de Professores
- Gespública
- Gestão do Trabalho
- Governança
- Hospedagem
- Implantação do Laboratório de Hidráulica e Recursos Hídricos
- Inclusão Digital
- Inclusão Digital e social em áreas rurais
- Línguas Estrangeiras
- Mulheres Mil
- Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais
- Napp – Núcleo de Apoio Psicopedagógico
- Ovinocultura
- Plataforma de Coleta de Dados Hidrometeorológicos
- Projeto A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública
- Projeto Balde Cheio
- Projeto de produção de mudas
- Projeto Manejo participativo da pesca do pirarucu no entorno do Parque Estadual do Cantão
- Projovem
- Questões Ambientais e Resíduos Sólidos
- Recepção
- Saúde Alimentar e Nutricional
- Saúde Animal
- Semana agrotecnológica
- Sistemas de Informações em Saúde
- Teatro
- Tecnologia de Informação

5.4 Gestão

Ao conceber o IFTO como Instituição de Ensino, gratuito e de qualidade, desejou-se que, assumindo sua função social, seja uma instituição voltada à socialização de saberes teóricos, práticos e comportamentais, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos para constituírem-se cidadãos participativos, co-responsáveis nos processos de transformação da sociedade.

Considerando que o IFTO optou primar por sua função social, faz-se necessário que sua gestão seja democrática e transparente, para que na pluralidade de visões constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade dos *campi* e pólos de EAD vejam-se co-responsáveis pela execução e acompanhamento das ações.

Nos processos de gestão, é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças.

Os gestores e cada membro do IFTO, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte do Instituto, identificando-se em seu trabalho e assumindo-se co-responsáveis no desenvolvimento dos processos.

5.4.1 Diretrizes para a gestão

- a) Garantir processos de gestão democrática, cooperativa, transparente e participativa;
- b) criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a visão sistêmica do IFTO;
- c) promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de forma participativa;
- d) ofertar formação continuada aos profissionais, visando à qualificação profissional e à satisfação pessoal;
- e) garantir processos de comunicação efetiva da gestão no interior do IFTO;
- f) propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões pedagógicas e questões educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborarem nos processos educativos;

- g) respeitar leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
- h) garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da escola (docente, discente e técnico-administrativo), bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- i) promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos (docente, discente e técnico-administrativo) do IFTO;
- j) respeitar a pluralidade de idéias, buscando catalisar as diferentes visões para ampliar as possibilidades de ação do IFTO;
- k) estabelecer mecanismos que permitam o cultivo da ética e de valores humanos mais solidários nas práticas do IFTO;
- l) revisar a estrutura orientando-a para os eixos tecnológicos visando economicidade;
- m) adequar a estrutura física com vistas à inclusão social;
- n) tornar o IFTO competitivo em pesquisa aplicada;
- o) elevar a taxa de eficiência energética, com redução de consumo e uso de fontes alternativas;
- p) adotar sistema de gestão de documentos através de protocolo eletrônico e uso sistematizado do portal;
- q) adotar sistema de digitalização de documentos escolares e administrativo;
- r) adquirir um notebook institucional para cada docente;
- s) implantar sistema de chamada *on line*;
- t) instalar um sistema interligado nas bibliotecas;
- u) adotar selos de certificação para todos os laboratórios do IFTO;
- v) efetivar parceria com a Rede Nacional de Pesquisa – RNP;
- w) dotar todos os campi com um refeitório;
- x) implementar um núcleo avançado do observatório do EPT;
- y) implantar a rádio e TV IFTO;
- z) construir centros de convivência equipados com infraestrutura de lazer em todos os *campi*;
- aa) dotar todos os campi com biblioteca instalada em prédio próprio, com todos os equipamentos necessários à pesquisa;
- bb) instalar um *data show* em todas as salas de aula;
- cc) instalar sistema de comunicação nos campi (som ambiente nas salas de aula);
- dd) instalar sensores de presença em todas as salas de aula;

- ee) padronizar o sistema de patrimônio e almoxarifado;
- ff) dotar cada campus com pelo menos um ônibus moderno, com equipamentos que viabilizem o atendimento às visitas técnicas e eventos intercampi;
- gg) dotar cada campus com um auditório equipado para funcionar com cine-teatro;
- hh) ampliar os convênios internacionais;
- ii) climatizar as salas de aula, e
- jj) implantar sistema de gestão de cópias.

6 Instalações Físicas

A Ilustração 9 mostra o número de vagas dos cursos projetados no período do PDI, com uma projeção do número de docentes necessários, considerando a relação de 22 vagas por docente. A tabulação do número de salas necessárias para oferta dos cursos demonstra que a maior demanda ocorre no turno da noite, com exceção do *campus* de Araguatins, com 26 salas no turno da manhã. Os *campi* de Araguaína, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional apresentam uma demanda de cursos que exigem, respectivamente, 20, 25, 64, 22 e 19 salas de aulas no turno da noite.

Visando obter uma economicidade maior, recomenda-se uma revisão do turno de oferecimento dos cursos para verificar a possibilidade de mudança do turno de oferta para o turno da manhã, onde, novamente com exceção do *campus* de Araguatins, ocorre uma subutilização de salas. O turno da manhã possibilita o exercício de atividades laborais no turno da tarde, resolvendo ao menos parcialmente o problema financeiro de quem procura cursos no turno da noite.

Ilustração 9 – Número de vagas em cursos, de docentes e de salas de aula necessários nos *campi* do IFTO, por turno, 2010-2014.

Campus	Vagas	Docentes²	Salas M	Salas T	Salas N
Araguaína	1.538	70	14	4	20
Araguatins	1.795	82	26	26	24
Gurupi	1.520	69	20	0	25
Palmas	3.830	174	20	30	64
Paraíso do Tocantins	1.560	71	14	4	22
Porto Nacional	1.598	73	11	13	19

6.1 Área física

A área física dos *campi* de Araguatins e Palmas necessita ser adequada à nova realidade considerando os objetivos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os novos *campi*, de Paraíso do Tocantins e de Araguaína, de Gurupi e de Porto Nacional necessitam recursos adicionais para viabilizar o ensino de qualidade pretendido pela Rede.

Nas páginas a seguir são apresentadas as necessidades de áreas físicas por *campus*.

² Tomando por parâmetro a relação de 22 vagas por professor.

6.1.1 Araguaína

O *campus* de Araguaína dispõe atualmente de 3 tipos de laboratórios que são utilizados por diferentes cursos: laboratório de anatomia humana, laboratório de informática com programas específicos e acesso a internet, laboratório de unidades de enfermagem.

O *campus* dispõe, atualmente, de 6 salas de aula e um mini auditório com 70 lugares. Visando possibilitar a criação dos cursos e laboratórios, são necessárias 20 salas de aula e mais 19 ambientes para laboratórios e 1 complexo esportivo, num total de 40 ambientes. Considerando as 6 salas disponíveis, incluídos os mini-auditórios, são necessários 34 ambientes, dos quais 14 salas de aula para 45 alunos.

Ilustração 10 - Laboratórios de ensino necessários ao *campus* de Araguaína, conforme catálogo de cursos

Ano	Tipo	Curso	Laboratório	Número de Alunos	Observação
2009	TS	Técnico em Enfermagem	Laboratório didático: unidades de enfermagem.	30	1.
2010	TS	Análises Clínicas	Laboratório de análises clínicas.	30	2.
			Laboratório de microbiologia.	30	3.
			Laboratório didático: unidades hemoterápicas	30	4.
	LIC	Licenciatura em Educação Física	Laboratório de anatomia humana.	30	5.
			Complexo Esportivo.	30	
2011	LIC	Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem	Laboratório de anatomia humana.	30	
			Laboratório didático: unidades de enfermagem.	30	
2012	TI	Nutrição e Dietética	Laboratório de análise sensorial.	30	6.
			Laboratório de antropometria.	30	7.
			Laboratório de bromatologia.	30	8.
			Laboratório de informática com	30	9.

			programas específicos.		
			Laboratório de técnica-dietética.	30	10.
			Laboratório didático: lactário.	30	11.
2013	ST	Radiologia	Laboratório de anatomia humana	30	
			Laboratório de dosimetria e radioproteção	30	12.
			Laboratório de informática com programas específicos	30	
			Laboratório de processamento e análise de imagens	30	13.
			Laboratório de radiologia	30	14.
			Laboratório de semiotécnica e suporte básico à vida	30	15.
2014	ST	Medicina	Laboratório de Imunologia	30	16.
			Laboratório de Morfo-funcional	30	17.
			Laboratório de Parasitologia	30	18.
			Laboratório de Técnicas Operatórias	30	19.

6.1.2 Araguatins

O *campus* de Araguatins dispõe atualmente de 6 tipos de laboratórios que são utilizados por diferentes cursos: laboratório de fitotecnia, laboratório de informática com programas específicos e acesso a internet orientado para atividades práticas, laboratório de microbiologia, laboratório de processamento de alimentos, e laboratórios de unidades de produção animal, vegetal e agroindustrial.

O *campus* dispõe, atualmente, de 6 salas de aula utilizáveis em ensino noturno. Visando possibilitar a criação dos novos cursos e laboratórios, são necessárias 24 salas de aula e mais 7

salas para laboratórios, num total de 31 ambientes. Considerando as 6 salas disponíveis, são necessários 25 ambientes, dos quais 18 salas de aula.

Ilustração 11 - Laboratórios de ensino necessários no *campus* de Araguatins, conforme catálogo de cursos

Ano	Tipo	Curso	Laboratório	Número de Alunos	Observação
2009	TI	Técnico em Agropecuária Integrado	Laboratório de informática com programas específicos.	30	
	TS	Técnico em Agropecuária Subsequente	Laboratório de informática com programas específicos.	30	1.
	EJA	Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	Laboratório de química.	30	
		Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	Laboratório de informática com programas específicos.	30	2.
	LIC	Licenciatura em Ciências Biológicas	Laboratório de Ensino de Biologia	30	3.
		Licenciatura em Computação	Laboratório de Hardware	30	4.
			Laboratório de Redes	30	5.
	Laboratório de Desenvolvimento de Software Educaional	30	6.		
2010	LIC	Química	Laboratório de Ensino de Química	30	7.

6.1.3 Gurupi

O *campus* de Gurupi dispõe, atualmente, de 15 salas de aula e 3 salas para laboratório. Visando possibilitar a criação dos cursos e laboratórios, são necessárias 25 salas de aula e mais 26 ambientes para laboratórios, num total de 51 ambientes. Considerando as 18 salas disponíveis são necessários 33 ambientes, dos quais 10 salas de aula para 45 alunos.

Ilustração 12 - Laboratórios de ensino necessários no *campus* de Gurupi, conforme catálogo de cursos

Ano	Tipo	Curso	Laboratório	Número de Alunos	Observação
2010	TI	Técnico em Agronegócio	Laboratório de informática com programas específicos.	30	1.
		Todos	Laboratório de ciências	30	2.
		Técnico em Biocombustíveis	Laboratório de biocombustíveis.	30	3.
			Laboratório de informática com programas específicos.	30	
			Laboratório de microbiologia.	30	4.
			Laboratório de química.	30	5.
			Laboratório didático: área de plantio.		6.
	EJA	Técnico em Edificações	Laboratório de desenho.	30	7.
			Laboratório de informática com programas específicos.	30	8.
			Laboratório de materiais de construção.	30	9.
			Laboratório de mecânica dos solos.	30	10.
			Laboratório de topografia.	30	11.
			Laboratório didático: canteiro de obras.	30	12.
LIC	Matemática	Laboratório de Ensino de Matemática	40	13.	
2011	TI	Técnico em Edificações	Laboratório de desenho.	30	
			Laboratório de informática com programas específicos.	30	
			Laboratório de materiais de construção.	30	
			Laboratório de mecânica dos solos.	30	
			Laboratório de topografia.	30	
			Laboratório didático: canteiro de obras.	30	
	TS	Técnico em Serviços Públicos	Laboratório de informática com programas específicos.	30	14.
EJA	Operações Comerciais	Laboratório de informática com	30	15.	

			programas específicos.		
			Escritório Modelo	30	16.
	LIC	Licenciatura e Bacharelado em Artes	Laboratório de informática com programas específicos	40	
			Espaço completo para apresentações		17.
2012	ST	Engenharia Civil	Laboratório de Mecânica dos Solos	40	
			Laboratório de informática com programas específicos.	40	
			Laboratório de Estradas	40	18.
			Laboratório de Transportes e Tráfego	40	19.
			Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	40	20.
			Laboratório de Estruturas	40	21.
			Laboratório de Física	40	22.
			Laboratório de Mecânica dos Fluídos e Hidráulica	40	23.
			Laboratório de Materiais de Construção	40	
			Laboratório de Topografia	40	
			Laboratório de Química	40	24.
			Laboratório de Saneamento Ambiental	40	25.
			Laboratório de construção Civil	40	26.

6.1.4 Palmas

O *campus* de Palmas dispõe atualmente de 22 laboratórios que são utilizados por diferentes cursos: arquitetura de computadores, comandos e acionamento, construção, controle ambiental, sala de desenho, elementos de automação e acionamentos, eletricidade e eletrônica, espaço para eventos, físico-química, geoprocessamento, higiene e segurança do trabalho, informática com programas específicos e conectados a internet, com estrutura orientada para prática, instalações elétricas, máquinas elétricas, materiais de construção, mecânica dos solos, microbiologia, química, recepção e governança, redes de computadores, sistemas digitais e topografia.

O *campus* dispõe, atualmente, de 45 salas de aula, das quais 6 em formato de auditório. Destas salas de aula, a metade (22 salas) apresenta dimensão reduzida para 20 alunos no máximo, incompatível com a quantidade de entrada das turmas nos cursos oferecidos e que se pretende seja mantida até o final do curso.

Visando possibilitar a criação dos cursos e laboratórios, são necessárias 64 salas de aula e mais 24 salas para laboratórios, num total de 88 ambientes. Considerando as 45 salas disponíveis, incluídos os mini-auditórios, seriam necessários 43 ambientes. Considerando ainda que a construção do prédio da biblioteca liberaria 5 salas de aula, ainda se apresenta um déficit de 38 ambientes.

Concluindo, há a necessidade de construir 38 ambientes, podendo ser um bloco para salas de aula para 45 alunos e um bloco com estrutura adequada para abrigar os laboratórios.

Também está prevista a construção de um refeitório, proporcionando a permanência dos alunos.

Ilustração 13 - Laboratórios de ensino necessários no *campus* de Palmas, conforme catálogo de cursos

Ano	Tipo	Curso	Laboratório	Número de Alunos	Observação
2009	TI	Técnico em Agrimensura	Laboratório de fotogrametria	30	1.
	TS	Técnico em Segurança do Trabalho	Laboratório de combate a incêndio.	30	2.
			Laboratório de suporte básico à vida.	30	3.
	ST	Agronegócio	Laboratório didático: área de plantio e criação de animais	40	4.
	LIC	Matemática	Ensino de Matemática	40	5.
	LIC	Física	Ensino de Física	40	6. Adequado é a estruturação separada dos laboratórios para o ensino de ótica, mecânica e hidráulica de forma. Para eletricidade e eletrônica podem ser utilizados os laboratórios existentes.
2010	TI	Administração	Laboratório de informática com	30	9.

			programas específicos ³		
	TS	Mecatrônica	Laboratório de controladores programáveis.	30	10.
			Laboratório de controle e sistemas supervisórios	30	11.
			Laboratório de hidráulica e pneumática	30	12.
			Laboratório de informática com programas específicos.	30	13.
			Laboratório de metrologia dimensional e medidas elétricas.	30	14.
			Laboratório de processos de fabricação	30	15.
			Laboratório de robótica, comando numérico e células de manufatura	30	16.
	EJA		Vendas	Laboratório de informática com programas específicos	30
	LIC	Letras	Ensino de Línguas	40	17.
2011	TS	Aqüicultura ou Piscicultura	Laboratório de informática com programas específicos.	30	18.
			Laboratório de processamento e beneficiamento de pescado	30	19.
			Laboratório de reprodução e larvicultura	30	20.
			Laboratório didático: tanques e viveiros de cultivo	30	21.
2012	ST	Saneamento	Laboratório de	40	22.

³ Os laboratórios de informática disponíveis atendem satisfatoriamente as atividades práticas e parcialmente as de ensino. Entende-se que 3 novos laboratórios estruturados exclusivamente para o ensino, com 20 estações mais uma ilha central para docente, com projetor multimídia, atendam a demanda dos novos cursos.

		ou Gestão Ambiental	biologia		
			Laboratório de informática com programas específicos	40	
			Laboratório de saneamento	40	23.
2014	ST	Agrimensura ou Geoprocessamento	Laboratório de águas e solos	40	24.

6.1.5 Paraíso do Tocantins

O campus de Paraíso do Tocantins dispõe atualmente os 15 laboratórios que são utilizados por diferentes cursos: abate de suínos, análise de alimentos, bioquímica, CISEE, cozinha experimental, criação de aves, criação de suínos, escritório modelo, hardware, informática com acesso à Internet, panificação, processamento de leite e derivados, produção de hortigranjeiros, reprodução de alevinos e saneamento.

O *campus* dispõe, atualmente, de 10 salas de aula. Visando possibilitar a criação dos novos cursos e laboratórios, são necessárias 22 salas de aula e mais 3 salas para laboratórios, num total de 25 ambientes. Considerando as 10 salas disponíveis, incluídos os mini-auditórios, seriam necessários 15 ambientes.

Ilustração 14 - Laboratórios de ensino necessários no *campus* de Paraíso do Tocantins, conforme catálogo de cursos

Ano	Tipo	Curso	Laboratório	Número de Alunos	Observação
2010	TI	Informática	Laboratório de informática com programas específicos.	30	1.
		Técnico em Agroindústria	Laboratório de informática com programas específicos.	30	
		Técnico em Meio Ambiente	Laboratório de informática com programas específicos.	30	
	TI	Todos	Laboratório de Ciências	30	2.
	ST	Laticínios	Laboratório de processamento de leite	30	3.

6.1.6 Porto Nacional

O *campus* de Porto Nacional dispõe, atualmente, de 15 salas de aula mais 3 salas para laboratório. Visando possibilitar a criação dos novos cursos e laboratórios, são necessárias 19 salas de aula e mais 11 salas para laboratórios, num total de 30 ambientes. Considerando as 18 salas disponíveis, seriam necessários 12 ambientes, dos quais 4 para salas de aula.

Ilustração 15 - Laboratórios de ensino necessários no *campus* de Porto Nacional, conforme catálogo de cursos

Ano	Tipo	Curso	Laboratório	Número de Alunos	Observação
2010	TI	Transporte Ferroviário	Laboratório didático: veículos, equipamentos e sistemas ferroviários.	30	1.
	LIC	Física	Laboratório de Ótica	30	2.
			Laboratório de Mecânica	30	3.
			Laboratório de Elétrica	30	4.
			Laboratório de Hidráulica		5.
	ST	Sistemas de Navegação Fluvial	Laboratório de simulação	30	6.
2011	TI	Meio Ambiente	Laboratório de educação ambiental.	30	7.
	EJA	Meio Ambiente	Laboratório de educação ambiental.	30	
	LIC	Licenciatura em Computação	Laboratório de Hardware	30	8.
			Laboratório de Redes	30	9.
			Laboratório de Desenvolvimento de Software Educaional	30	10.
2012	LIC	Química	Laboratório de ensino de química	30	11.

6.2 Bibliotecas

A Ilustração 16 apresenta a distribuição do acervo no *campus* de Palmas. Considerando que a biblioteca utiliza um ambiente inadequado, composto de uma combinação de salas de aula

e a necessidade de uma sensível ampliação de seu acervo, se torna necessária a construção de uma biblioteca com estrutura adequada.

Ilustração 16 – Número de cursos projetados, por tipo e *campus*, período 2010-2014.

Tipo	Araguaína	Araguatins	Gurupi	Palmas	Paraíso	Porto Nacional	Total
TI	2	1	4	10	3	3	23
TS	4	1	0	14	5	2	26
EJA	1	2	2	5	2	1	13
ST	2	1	1	13	2	2	21
Totais	9	5	7	42	12	8	83

A Ilustração 17 mostra o número total de cursos projetados no PDI, para o período de 2010 – 2014, por tipo e *campus*. Uma projeção inicial pode recomendar aproximadamente 1.500 livros por curso. A partir deste parâmetro tem-se uma quantidade mínima de obras que se espera em uma biblioteca e pode auxiliar no projeto do tamanho desta, considerando que, além do acervo, necessita acomodar salas de estudo individual, salas de estudo em grupo, área administrativa, sala de pesquisa com acesso à internet e, quando possível, auditório para pequenos encontros e possibilidade de aumento posterior no acervo e alunos atendidos.

Ilustração 17 - Total do Acervo da Biblioteca de Palmas, impresso e multimídia, em 31/12/2008, por área do Conhecimento do CNPq.

Área (CNPq)	Livros		Publicações seriadas Correntes (títulos)		Publicações Não Correntes (títulos)		Outros materiais impressos e multimídia
	Títulos	Volumes	Nacio-nais	Estran-geiros	Nacio-nais	Estran-geiros	
Ciências Exatas e da Terra	811	5.593	11		10		119
Ciências Biológicas	58	207					2
Engenharia / Tecnologia	641	3.127	1				30
Ciências da Saúde	29	89	1				
Ciências Agrárias	87	455					47
Ciências Sociais Aplicadas	1.128	4.256	12		7		185
Ciências Humanas	803	2.336	2				108
Linguísticas Letras e Artes	568	1.511	2				18
Multidisciplinar	175	176	3				5
Total	4.300	15.500	32		17		514

Assim, uma biblioteca para o *campus* de Palmas, p.ex. necessita poder acomodar até 2014 pelo menos 3 vezes o acervo atual. Depreende-se dos dados que as bibliotecas necessitam atenção especial, ou pela construção de uma adequada ou pela expansão da existente.

A infraestrutura das bibliotecas necessita também possibilitar o atendimento de pessoas com necessidades especiais, como acesso, também acervo adequado e a impressão de textos em braile.

7 Educação a Distância

O Ministério da Educação (MEC), por meio das políticas públicas em educação a distância, desenvolve dois grandes projetos que visam aumentar a oferta de ensino superior e técnico em todo país: no âmbito da educação de nível superior, o projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), e na educação técnico profissional, a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec).

O IFTO é habilitado para atuar nas duas frentes, na modalidade a distância, propostas pelo MEC e atualmente tem seu foco maior no Programa e-Tec. O objetivo do programa é democratizar o acesso ao ensino técnico público, por meio da modalidade de educação a distância, visando levar cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio. Tem por público alvo os jovens residentes em municípios não assistidos por ensino técnico e das periferias das grandes cidades que concluíram o ensino médio ou estão em vias de conclusão.

Com o intuito de atender a essa demanda no Estado do Tocantins, o IFTO, por meio de seu Departamento de Educação a Distância apresentou quatro projetos de cursos técnicos subsequentes a distância para o período de 2009 a 2010: Técnico em Marketing, Técnico em Agroecologia, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Secretariado.

Os cursos supracitados serão oferecidos nos seguintes pólos: Araguatins, Araguacema, Cristalândia, Guaraí, Palmas e Tocantinópolis, com um número total de 900 vagas distribuídas da seguinte forma:

- Técnico em Agroecologia	- 300 vagas
- Técnico em Informática para Internet	- 250 vagas
- Técnico em Marketing	- 150 vagas
- Técnico em Secretariado	- 200 vagas

Nos pólos são oferecidos os seguintes cursos:

Araguatins	Agroecologia, Informática para Internet, Marketing e Secretariado.
Araguacema	Agroecologia e Secretariado.
Cristalândia	Agroecologia e Informática para Internet.
Guaraí	Agroecologia e Informática para Internet
Palmas	Agroecologia, Informática para Internet, Marketing e Secretariado.
Tocantinópolis	Agroecologia, Informática para Internet, Marketing e Secretariado.

Pretende-se implantar, no período de 2010 a 2014, mais três pólos e mais seis cursos técnicos subsequentes conforme abaixo:

Natividade	Técnico em Zootecnia Técnico em Guia de Turismo
Figueirópolis	Técnico em Comércio Técnico em Serviços Imobiliários Técnico em Vendas Técnico em Logística
Dianópolis	Técnico em Comércio Técnico em Logística

A proposta de expansão do departamento de educação a distância do Instituto prevê, também, a implantação de dois cursos de licenciatura, iniciando o primeiro curso no segundo semestre de 2010 e o segundo no primeiro semestre de 2011.

8 Pós-Graduação

A pós-graduação no IFTO está em fase de estruturação e, nesta condição, depende de parcerias para a implantação de cursos e programas em conjunto. Estão sendo feitas tratativas para viabilizar.

8.1 Pós-Graduação *lato sensu*

Está em desenvolvimento um curso de pós-graduação *lato sensu*, já com duas turmas. Novos cursos deverão ser ofertados, a partir das áreas de atuação.

8.1.1 Pós-Graduação *lato sensu* em PROEJA

O IFTO, desde o ano de 2007, vem ofertando 2 (duas) turmas de um curso de Pós-Graduação *lato sensu* em PROEJA – Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Este curso possui financiamento da SETEC/MEC e visa formar profissionais com capacidade para atuar na elaboração de estratégias, no estabelecimento de formas criativas das atividades de ensino-aprendizagem e de prever pro-ativamente as condições necessárias e as alternativas possíveis para o desenvolvimento adequado da educação profissional integrada à educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, considerando as peculiaridades, as circunstâncias particulares e as situações contextuais concretas em que programas e projetos deste campo são implementados.

O foco do projeto é atender profissionais com curso superior que trabalham:

- 1) na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica;
- 2) nos sistemas de ensino estaduais e municipais integrantes do Programa Brasil profissionalizado, que atuam/atuarão em cursos PROEJA;
- 3) no sistema municipal que atua em cursos PROEJA.

Para o ano de 2009, o IFTO já apresentou proposta para re-edição deste programa em sua terceira turma, sendo estabelecido pelo *campus* Pólo (Palmas) o oferecimento de 3 (três) turmas presenciais contando com, no máximo, 30 (trinta) alunos. As turmas terão suas aulas nos

seguintes *campi* do IFTO: Palmas, Paraíso do Tocantins e Araguaína (que também atenderá Araguatins).

Até o momento 19 alunos da primeira turma receberão certificado. Atualmente, a segunda turma conta com 30 discentes no programa *lato sensu* em PROEJA.

8.2 Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*

Está em desenvolvimento um curso na modalidade MINTER e em processo de seleção um curso na modalidade DINTER. Novos cursos estão em fase de negociação, ainda sem confirmação.

Um Programa próprio de curso *stricto sensu*, em Física, está sendo projetado para ser encaminhado em 2015.

8.2.1 Minter

O Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PROLING da Universidade Federal da Paraíba – CCHLA oferecido na modalidade MINTER para o IFTO tem por objetivo a formação de pessoal qualificado cientificamente para o exercício das atividades profissionais de ensino e pesquisa na área de lingüística em nível de Mestrado. Este programa teve início em 2007, com a publicação do edital no 01/2007 CAPES-SETEC e seu projeto final aprovado e homologado em outubro de 2007. O projeto conta com 21 professores aprovados, que poderão desenvolver seus projetos de pesquisa nas seguintes áreas de concentração: Teoria e Análise Lingüística, Lingüística e Práticas Sórias.

8.2.2 Dinter

O IFTO, por meio do Edital 01/2008 da CAPES/SETEC de financiamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, submeteu uma proposta de realização de DINTER em Engenharia Elétrica tendo como Instituição Promotora o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande – CEEI/COPELE – Campus de Campina Grande.

A implementação deste projeto representa a possibilidade de o IFTO incrementar de maneira substancial atividades de pesquisa, ensino e extensão que contemplem as necessidades da comunidade, atuando em instituições locais como promotora do saber nas diferentes linhas de pesquisa propostas.

Este programa de doutorado terá início no segundo semestre de 2009, sendo que o processo de seleção se dará em 01/07/2009, com destaque dado à possibilidade de vagas disponibilizadas para “alunos especiais”. A área de concentração que será disponibilizada pelo programa, para atender a demanda apresentada, será: “Sistemas Elétricos de Potência” e “Instrumentação Eletrônica”, sendo ofertadas 20 vagas para servidores federais efetivos e estáveis. A previsão de duração deste curso é de 4 anos.

O programa apresenta as seguintes linhas de pesquisa: Qualidade de Energia, Proteção Digital e Instrumentação Eletrônica e Controle.

8.2.3 Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Física

A implantação de cursos *stricto sensu* necessita de um planejamento em um prazo maior pois, para obter a autorização da Capes deve comprovar, na sua solicitação, um retrospecto de atuação conjunta de seus docentes por até 5 anos. O curso abaixo apresenta uma manifestação de início de processo que deve culminar com o encaminhamento de sua proposta até o ano de 2015.

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Física terá por objetivo a formação de pessoal qualificado para o exercício da pesquisa e do magistério superior, assim como para a produção, a integração e a aplicação de conhecimentos de caráter específico da Física em áreas de ensino e correlatas. A implantação dessa pós-graduação, sem dúvidas representa o melhoramento real na qualidade do ensino e da pesquisa em Física na região Norte, proporcionando oportunidade concreta de formação em nível de pós-graduação (mestrado) numa região do País onde inexistem programas com tais finalidades e especificidades.

As linhas de pesquisas serão voltadas para a instrumentação do ensino da Física e para sua aplicação em áreas correlatas, estabelecendo para os nossos acadêmicos uma ponte real entre o ensino e o cotidiano.

São relacionadas abaixo as áreas de Concentração e as linhas de Pesquisa propostas, com o intuito consolidar as nossas linhas de pesquisas que posteriormente serão ampliadas para atender uma demanda maior de estudante.

Nome do projeto: História e filosofia da Física e produção de material instrucional

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e avaliação de materiais didáticos

Descrição do projeto:

Investigação da formação e desenvolvimento das categorias conceituais da Física. A História da Física é um facilitador da aprendizagem, ao classificar e revelar os significados de conceitos e leis físicas. Ao prover elementos nos quais se suporta a aquisição do conhecimento, ela se comporta como um organizador prévio na abordagem cognitivista-constructivista de D. Ausubel e também como auxiliar na internalização de signos de acordo com a teoria sócio-interacionista de L. Vygotsky.

Nome do projeto: O experimento no ensino de Física.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e avaliação de materiais didáticos.

Descrição do projeto:

Construção, em colaboração com professores do ensino médio, de experimentos simples que possam ser inseridos em aulas regulares. Desenvolvimento de metodologias de análise de dados que permitam ao aluno construir, a partir dos fenômenos estudados experimentalmente, os modelos matemáticos correspondentes.

Nome do projeto: Relações interdisciplinares no ensino de Física.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e avaliação de materiais didáticos.

Descrição do projeto:

Estuda-se a importância da extensa interação da Física com as outras ciências da Natureza na formulação de estratégias de ensino. Uma ênfase especial é dada na contribuição da Física para o estudo dos problemas ambientais.

Nome do projeto: Materiais inteligentes.

Linha de Pesquisa: Materiais funcionais e estruturas adaptativas.

Descrição do projeto:

A presente proposta envolve o emprego de ligas com memória de forma para o desenvolvimento de estruturas adaptativas e robóticas. Devido ao seu complexo comportamento

termomecânico, e custo relativamente alto o desenvolvimento de aplicações de ligas com memória de forma exige uma metodologia que englobe, em linhas gerais, a caracterização termomecânica da liga a ser empregada, a simulação do seu comportamento termomecânico, a simulação da aplicação idealizada e, somente então, a sua implementação. Portanto, para o desenvolvimento de aplicações de ligas com memória de forma é necessário dispor-se de uma infra-estrutura que viabilize a caracterização termomecânica, a simulação do comportamento termomecânico da liga e o comportamento dinâmico da aplicação em questão. O principal objetivo desta proposta é desenvolver tal infra-estrutura.

Nome do projeto: Fluidos e Física Computacional

Linha de Pesquisa: Física Computacional e Instrumentação Aplicada

Descrição do projeto:

Fazer uso da computação nos mais diversos níveis para o estudo de sistemas de interesse nas diversas áreas da Física. Desenvolver e utilizar ferramentas computacionais para o estudo de fenômenos nas áreas de Astrofísica e Física das Partículas Elementares, Física de Altas Energias, Física de Semicondutores e de Dispositivos Eletrônicos, Física Biológica, Biofísica, Neurobiofísica e Neurociência Computacional. O uso de computação abrange desde o desenvolvimento de modelos que utilizem computação paralela ou sequencial e a utilização eficiente de ferramentas de computação até o desenvolvimento de sistemas de aquisição de dados e controle de experimentos com o uso de instrumentação científica avançada. Além destas atividades, o grupo também se dedica à pesquisa em Ensino de Física.

9 Referências Bibliográficas:

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACON, F. *Bacon - Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BUNGE, M. *Filosofia da Física*. Lisboa: Edições 70, 1973.

DELIZOICOV, D. (2004). Pesquisa em ensino de ciências como ciências humanas aplicadas. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 21(2), pp. 145-175.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Lisboa: Relógio D' Água, 1993.

HANSON, N. R. Observação e interpretação. In: MORGENBESSER, S. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1978.

IBGE – Banco de Dados – Estados, disponível em
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>

KHALICK, F.A., LEDERMAN, N.G. Improving science teacher's conceptions of nature of science: a critical review of the literature. *International Journal of Science Education*. v. 22, n. 7, p. 665-701, 2000.

KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAKATOS, I. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza, 1989.

LAUDAN, L. *Progress and its problems*. Berkeley: University of California Press, 1977.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI - 2006-2011: Aprovado através da Resolução Nº 21/2006 -CD/ETF-Palmas, de 18 de outubro de 2006 ,Convalidação Resolução Nº 03/2007-CD/ETF-Palmas, de 29 de outubro de 2007, ETFTO: Palmas, Outubro de 2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI:2007/2011, EAFA: Araguatins, 2007.

POPPER, K.R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1993.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: Aprovado pela da Resolução N° 09-CD/ETF-Palmas, de 29/04/2008, ETFTO: Palmas, 2007.

REZENDE, F.; SOUZA BARROS, S.; LOPES, A. M. A.; ARAÚJO, R. S. InterAge: Um ambiente virtual construtivista para formação continuada de professores de Física. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 20(3): pp. 372-390, 2003.

SEPLAN – Governo do Tocantins, Publicações – PIB do Tocantins 2006, disponível em http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/20081125164324-pib_tocantins_2006.pdf

TOULMIN, S. *Human Understanding*. Princeton: Princeton University Press, 1972.

Anexo 1 – Estatuto

SUMÁRIO

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO	1
Capítulo I Da Natureza e Das Finalidades	1
Capítulo II Dos Princípios, Das Finalidades e Características e Dos Objetivos	1
Capítulo III Da Organização Administrativa	3
TÍTULO II DA GESTÃO	4
Capítulo I Dos Órgãos Colegiados	4
Seção I Do Conselho Superior	4
Seção II Do Colégio de Dirigentes	5
Capítulo II Da Reitoria	5
Seção I Do Gabinete	6
Seção II Das Pró-Reitorias	6
Seção III Das Diretorias Sistêmicas	6
Seção IV Da Auditoria Interna	7
Capítulo III Dos <i>Campi</i>	7
TÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO	7
Capítulo I Da Educação	7
Capítulo II Do Ensino	7
Capítulo III Da Extensão	8
Capítulo IV Da Pesquisa e Inovação	8
TÍTULO IV DA COMUNIDADE ACADÊMICA	8
Capítulo I Do Corpo Discente	8
Capítulo II Do Corpo Docente	9
Capítulo III Do Corpo Técnico-Administrativo	9
Capítulo IV Do Regime Disciplinar	9
TÍTULO V DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS	9
TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO	9
TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	10

ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

Capítulo I Da Natureza e Das Finalidades

Art. 1º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS (IFTO), instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º. O IFTO é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

§ 2º. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFTO é equiparado às universidades federais.

Art. 2º O IFTO rege-se pelos atos normativos mencionados no *caput* do Art. 1º, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Resoluções do Conselho Superior; e
- IV. Atos da Reitoria.

Capítulo II Dos Princípios, Das Finalidades e Características e Dos Objetivos

Art. 3º - O IFTO, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Art. 4º O IFTO tem as seguintes finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFTO;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 5º O IFTO tem os seguintes objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação,

ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 6º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o IFTO, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no §2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

Capítulo III Da Organização Administrativa

Art. 7º A organização geral do IFTO compreende:

IV. ÓRGÃOS COLEGIADOS

- a) Conselho Superior;
- b) Colégio de Dirigentes;

V. REITORIA

- a) Gabinete;
- b) Pró-Reitorias:
 - i) Pró-Reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-Reitoria de Extensão;
 - iii) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação;
 - iv) Pró-Reitoria de Administração; e
 - v) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
- c) Diretorias Sistêmicas; e
- d) Auditoria Interna.

VI. CAMPI

§ 1º. O detalhamento da estrutura organizacional do IFTO, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral.

§ 2º. O Regimento Geral poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à reitoria e às pró-reitorias.

TÍTULO II DA GESTÃO

Capítulo I Dos Órgãos Colegiados

SEÇÃO I Do Conselho Superior

Art. 8º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFTO, tendo a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. 02 (dois) representantes dos servidores docentes de cada Campus, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente, eleitos por seus pares;
- III. 02 (dois) representantes do corpo discente de cada Campus, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente, eleitos por seus pares;
- IV. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos de cada Campus, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente, eleitos por seus pares;
- V. 02 (dois) representantes dos egressos de cada Campus, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente, eleitos por seus pares;
- VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente de cada segmento;
- VII. 02 (dois) representantes do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;
- VIII. 02 (dois) Pró-Reitores;
- IX. Os Diretores Gerais dos *campi*;

§ 1º. Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII, serão designados por ato do Reitor.

§ 2º. Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que trata o inciso VI, serão designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

§ 3º. Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I, VIII e IX.

§ 4º. Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 5º. Na hipótese prevista no § 4º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

§ 6º. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, em sistema de rodízio entre os *campi*, e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 9º Compete ao Conselho Superior:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do IFTO e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFTO e dos Diretores Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;

- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFTO;
- IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFTO, bem como o registro de diplomas;
- X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFTO, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e
- XI. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

SEÇÃO II

Do Colégio de Dirigentes

Art. 10. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. os Pró-Reitores; e
- III. os Diretores-Gerais dos *Campi*.

Parágrafo único. O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, em sistema de rodízio entre os *campi*, e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 11. Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFTO;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão e
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFTO a ele submetido.

Capítulo II

Da Reitoria

Art. 12. O IFTO será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnicos administrativos em educação) e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o *caput* levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 13. Ao Reitor compete representar o IFTO, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor, a Reitoria será exercida pelo seu substituto legal designado na forma da legislação pertinente.

Art. 14. A vacância do cargo de Reitor decorrerá de:

- I. exoneração em virtude de processo disciplinar;
- II. demissão, nos termos da Lei n.º. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- III. posse em outro cargo inacumulável;
- IV. falecimento;
- V. renúncia;
- VI. aposentadoria voluntária ou compulsória; ou
- VII. término do mandato.

§ 1º. Nos casos de vacância previstos nos incisos I, II, III, IV, V e VI, assumirá a Reitoria o seu substituto legal, com a incumbência de promover no prazo máximo de 90 (noventa) dias o processo de consulta à comunidade para eleição do novo Reitor para o término do mandato.

§ 2º. No caso de vacância previsto no inciso VII, a eleição será realizada no prazo de 120 (cento e vinte) até 90 (noventa) dias antes do término do mandato.

Art. 15. A Reitoria é o órgão executivo do IFTO, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Art. 16. O IFTO tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei n.º. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais dos *Campi* respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

SEÇÃO I

Do Gabinete

Art. 17. O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

Art. 18. O Gabinete disporá de órgãos de apoio imediato, de Procuradoria Jurídica e de Assessorias Especiais.

SEÇÃO II

Das Pró-Reitorias

Art. 19. As cinco Pró-Reitorias deverão ser descritas no âmbito do Estatuto do IFTO e dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades correspondentes às suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo Único. As atribuições das Pró-Reitorias serão descritas no Regimento Geral.

SEÇÃO III

Das Diretorias Sistêmicas

Art. 20. As Diretorias Sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

Parágrafo Único. As atribuições das Diretorias Sistêmicas serão descritas no Regimento Geral.

SEÇÃO IV

Da Auditoria Interna

Art. 21. A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Capítulo III

Dos *Campi*

Art. 22. Os *Campi* do IFTO são administrados por Diretores Gerais.

§ 1º. As Diretorias Gerais são órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam e acompanham as atividades referentes às dimensões ensino, administração, pesquisa e pós graduação, extensão e desenvolvimento institucional no âmbito dos respectivos *Campi*.

§ 2º. As atribuições das Diretorias Gerais serão descritas no Regimento Geral.

§ 3º. Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

TÍTULO III

DO REGIME ACADÊMICO

Capítulo I

Da Educação

Art. 23. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, no desenvolvimento da pesquisa e extensão, nos movimentos sociais, organização da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Capítulo II

Do Ensino

Art. 24. O currículo no IFTO está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Art. 25. As ofertas educacionais do IFTO estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

Capítulo III Da Extensão

Art. 26. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o IFTO e a sociedade.

Art. 27. As atividades de extensão têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

Capítulo IV Da Pesquisa e Pós Graduação

Art. 28. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando a solução de problemas científicos e tecnológicos e a inovação das mesmas, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Art 29. As atividades de pesquisa, desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional, deverão contribuir para:

- I. a formação de recursos humanos para a investigação, a produção e o empreendedorismo;
- II. a produção e difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos;
- III. o desenvolvimento nos aspectos tecnológico, social e humano.

Art. 30. O IFTO pode desenvolver atividades de Pós-Doutorado mediante estágio de aperfeiçoamento com pesquisa que visa receber professores e/ou pesquisadores doutores.

TÍTULO IV DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 31. A comunidade acadêmica do IFTO é composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

Capítulo I Do Corpo Discente

Art. 32. O corpo discente do IFTO é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela instituição.

§ 1º. Os alunos do IFTO que cumprirem integralmente o currículo dos cursos e programas farão jus a diploma ou certificado na forma e nas condições previstas na organização didática.

§ 2º. Os alunos em regime de matrícula especial somente farão jus à declaração das disciplinas cursadas ou das competências adquiridas.

Art. 33. Todos os alunos com matrícula regular ativa nos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, poderão votar e serem votados para as representações discentes do Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores Gerais dos Campi.

Capítulo II Do Corpo Docente

Art. 34. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFTO, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei.

Capítulo III Do Corpo Técnico Administrativo em Educação

Art. 35. O corpo técnico administrativo em educação é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFTO, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional.

Capítulo IV Do Regime Disciplinar

Art. 36. O regime disciplinar do corpo docente é estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 37. O regime disciplinar do corpo docente e técnico-administrativo do IFTO observa as disposições legais, normas e regulamentos sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, bem como os recursos cabíveis, previstos pela legislação federal.

TÍTULO V DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

Art. 38. O IFTO expedirá e registrará seus diplomas em conformidade com o § 3º do art. 2º da Lei nº. 11.892/2008 e emitirá certificados a alunos concluintes de cursos e programas.

Art. 39. No âmbito de sua atuação, o IFTO funciona como instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Art. 40. O IFTO poderá conferir títulos de Mérito Acadêmico, conforme disciplinado no Regimento Geral.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 41. O patrimônio do IFTO é constituído por:

- I. bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos *Campi* que o integram;
- II. bens e direitos que vier a adquirir;
- III. doações ou legados que receber; e
- IV. incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do IFTO devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O IFTO, conforme suas necessidades específicas, poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas.

Parágrafo Único. Os *Campi* poderão constituir órgãos consultivos por segmento.

Art. 43. Caberá ao Reitor delegar competências de atos específicos aos Diretores Gerais dos *Campi* e aos Pró-Reitores.

Art. 44. Este Estatuto somente poderá ser alterado em reunião do conselho superior, convocada especificamente para este fim por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 45. Os casos omissos neste Estatuto serão submetidos à apreciação pelo Conselho Superior do IFTO.